

NÚCLEO ESPECIALIZADO

Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

Boletim eletrônico



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apresentação

Assuntos em
destaque

Colunas em destaque

- [Direito & Sociedade](#)
- [Jurisprudência](#)
- [Legislativo em Foco](#)
- [Políticas Públicas](#)
- [Panorama Internacional](#)
- [Panorama Nacional](#)
- [Mulheres em Movimento](#)
- [Opinião](#)
- [Agenda Cultural](#)
- [Aconteceu](#)

Apresentação

A **66ª Edição** do Boletim Informativo do NUDEM apresenta um balanço geral sobre as ações desenvolvidas e apoiadas pelo NUDEM. Também, por meio do Boletim, pretendemos divulgar as ações e eventos realizados pelo NUDEM. Ressaltamos que o espaço do Boletim é aberto a todas (os) que queiram colaborar.

Editorial

REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO MUNDO LITERÁRIO:

A luta pela igualdade através das palavras

Entre os dias 26 e 30 do corrente mês de julho, realizar-se-á a tradicional Festa Literária Internacional de Paraty/RJ[1], sendo a primeira vez, nos 15 anos de realização do evento, que a programação conta com mais convidadas mulheres (24) do que homens (22), bem como com expressivo número de escritoras negras[2].

A preocupação da atual curadora, Josélia Aguiar, foi dar maior representatividade às mulheres, com destaque para as negras, na presente edição, justamente por ter acolhido as caras reivindicações dos movimentos feministas e contra a discriminação racial, que clamam, dentre outras coisas, por igualdade e respeito ao chamado “lugar de fala”, ou seja, pelo protagonismo das mulheres e negros ao narrarem seus dramas, preconceitos, vidas e relações, sem intermediários. Verifica-se, assim, que, para viabilizar a autor representação feminina e da população negra, é necessária a existência de espaços de estímulo para que elas escrevam e para que suas produções sejam debatidas e difundidas, tal como idealizado na Flip deste ano.

Sob o mesmo influxo, a autora britânica Joanna Walsh lançou, em 2014, no Twitter, a **hashtag #readwomen2014**, que serviu de inspiração para a criação de grupos de leitura de obras escritas exclusivamente por mulheres, a fim de tentar tornar conhecida a produção feminina, muitas vezes menosprezada num espaço ainda majoritariamente masculino, como também o é o da produção literária[3], [4]. No Brasil, em especial, a iniciativa já ocorre em mais de 60 cidades[5].

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Assuntos em destaque

Direito & Sociedade

Qual é o projeto prioritário de Carmen Lúcia no Conselho Nacional de Justiça

Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres define diretrizes e ações sobre o tema aos tribunais de Justiça

Assim que assumiu o comando do Supremo Tribunal Federal e por consequência o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), Carmen Lúcia estabeleceu em setembro de 2016 uma prioridade: definir diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres no âmbito do Poder Judiciário. Em março do ano seguinte, ela lançou a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

“Esse projeto é o meu xodó” Carmen Lúcia Presidente do Supremo e do CNJ, em declaração nos bastidores do programa Roda Viva em outubro de 2016.

A Política Nacional é decorrência de uma iniciativa do gabinete de Carmen Lúcia no Supremo ainda em 2014. Foi de lá que a ministra criou a Semana Nacional Justiça pela Paz em Casa. Trata-se de um mutirão de Tribunais de Justiça para cuidar de processos referentes a mulheres vítimas de violência.

O programa instituiu que essa semana seja permanentemente realizada nos meses de março, agosto e novembro em todo o país.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

De Raquel Dodge a Carmen Lúcia: o que 4 mulheres no topo representam para a Justiça

Em setembro, quando Raquel Dodge assumir o cargo de procuradora-geral da República, para o qual foi aprovada no Senado na última semana, o Brasil passará a ter, pela primeira vez, quatro mulheres no comando das principais instituições jurídicas nacionais. Dodge se juntará a Carmen Lúcia, que preside o Supremo Tribunal Federal, Laurita Vaz, líder do Superior Tribunal de Justiça, e Grace Mendonça, primeira mulher a assumir o comando da Advocacia-Geral da União (AGU).

O que isso significa na prática para a Justiça brasileira – e para as mulheres que trabalham no sistema judiciário?

As carreiras jurídicas têm cada vez mais representantes do sexo feminino. Nos últimos anos, por exemplo, o número de mulheres inscritas em grande parte das seccionais da OAB tem superado o de homens.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

“Mandar nude não é crime; divulgar fotos sem consento é”, diz promotora

Após uma suposta traição de Blac Chyna, sua ex-mulher, Rob Kardashian (irmão de Kim e Kylie Jenner) resolveu se vingar e divulgou fotos dela nua e foi banido pelo Instagram. No Brasil, o famoso “revenge porn” (pornografia de vingança, em português) está enquadrado na categoria de crime contra honra. A prática de expor as ex-parceiras com o intuito de destruir a imagem dessas mulheres demonstra o machismo enraizado na sociedade. Então, como é possível se defender desse abuso que vem de alguém em que você confiava e causa danos físicos, emocionais e até patrimoniais?

“A liberdade sexual da mulher precisa ser preservada. Eu jamais falaria não envie um nude, mas é preciso ter precaução e procurar a Justiça rapidamente caso o crime ocorra”, afirma Gabriela Manssur, promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Uma coisa é fato: os relacionamentos atuais tendem a se desenrolar vigorosamente também no ambiente virtual, com trocas constantes de mensagens. Diante desta realidade, enviar e receber fotos é uma maneira de estar presente na vida do outro ou apimentar a vida sexual do casal.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

“Tive que entregar meu filho para uma desconhecida”

Moradoras de rua ou com histórico de uso de drogas têm seus bebês retirados ainda nas maternidades e entregues para adoção pela Justiça à revelia das mães. “Arruma as coisas do seu filho que o Conselho Tutelar está vindo buscar ele daqui a 30 minutos.” Era uma terça-feira, 26 de julho de 2016, 8 horas da manhã. Yanca Natalie de Miranda amamentava seu bebê na sala da Maternidade Hilda Brandão, da Santa Casa de Belo Horizonte, quando a assistente social do hospital lhe comunicou que seu filho seria levado para um abrigo. Durante os 19 dias que ela e o bebê estiveram internados, ninguém conversou sobre o assunto. “Do dia que meu filho nasceu, 7 de julho, até o dia 26 de julho, não me falaram nada que o Conselho Tutelar ia lá, que isso podia acontecer. Disseram apenas que eu ia passar uns dias no hospital em observação porque estava escrito no meu cartão de pré-natal que eu era usuária de drogas”, relatou a jovem de 21 anos, que, desde então, luta para ter sua criança de volta. “Eu sempre tive vontade de ser mãe. Se for preciso eu lutar dia e noite, eu luto dia e noite para ter o meu filho do meu lado”, diz Yanca.

Desde julho de 2016, as maternidades de Belo Horizonte são obrigadas a acionar a Vara Cível da Infância e da Juventude, no prazo de 48 horas, contadas a partir do nascimento do bebê, quando houver evidências ou constatação de que a mãe é usuária de drogas e/ou tem trajetória de rua. É o que prevê a [Portaria 3/2016](#), assinada pelo juiz Marcos Flávio Lucas Padula.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Entenda a polêmica da alienação parental

Uma mãe diz que encontrou sêmen na roupa da filha; outra garante que o pai colocou o dedo no bumbum de seus meninos; a terceira, que o ex-marido negligencia os remédios que a criança precisa para evitar um transplante. Em comum, depois de denunciar os homens à Justiça, todas foram acusadas de manipular os filhos. A retaliação? A possibilidade de nunca mais vê-los. Criada para proteger os menores das brigas de ex-casais, a lei nº 12.318 pode ter se tornado um instrumento eficaz para calar as mulheres.

Foi ao ver o movimento de uma cobra serpenteando em um desenho na televisão que Julia*, então com 5 anos, descreveu à mãe o que o pai fazia com ela, durante a noite, na cama. A suspeita de que ele abusava da menina já tinha alguns meses, mas aquela era a primeira vez que a criança verbalizava o assunto. “Quem desconfiou foi a avó, que viu sêmen no pijaminha dela quando foi lavá-lo. Só acreditei quando ouvi da minha filha”, diz a mãe, a advogada paulistana Paula*, de 45 anos, que não pode revelar a identidade pois o processo corre em segredo de Justiça. “A escola também a alertou de que algo não ia bem. Me disseram que Julia andava muito sonolenta, sob a justificativa de que ‘o pai não a deixara dormir à noite’.” Paula conta que o marido trabalhava durante a madrugada, com comércio exterior. Como a maioria das transações eram com a China, ficava até tarde no computador. Depois, deitava-se na cama da menina, onde passava a noite. “Nosso casamento ia mal. Pensava que ele dormia com ela por saudade”, conta. Depois do comentário sobre a cobra, Paula partiu para a Justiça e denunciou o ex-marido por abuso. Por falta de provas, no entanto, ele foi inocentado. E, com o veredito em mãos, partiu para o ataque. “Para livrar a própria barra, me acusou de alienação parental”, diz a advogada. “Ou seja, diz que estou inventando essa história para manipular minha filha contra ele.”

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Em dez anos número de mulheres presas mais que dobra no estado de SP

População carcerária feminina cresceu mais do que a masculina na última década. A maioria delas, 68%, está presa por tráfico de drogas.

O número de detentas subiu 102% em 10 anos no estado de São Paulo. Um crescimento bem maior do que nos presídios masculinos. O que vem superlotando as cadeias femininas pelo país pode ser resumido a uma palavra: drogas. Cerca das mulheres 68% estão presas por conta do tráfico. O perfil: jovens, com menos de 30 anos, e mais de um filho.

“Especialmente para as mulheres, quem nós estamos colocando dentro das cadeias é o pequeno traficante e não o grande traficante. E a gente vê isso muito especialmente em relação às mulheres. Não são mulheres que traficam armadas, que gerenciam o tráfico, que ganham altas somas de dinheiro com o tráfico. Elas são usadas por esse tráfico como instrumento fácil, ali, de transporte”, explica a defensora pública Juliana Garcia Beloque.

E quanto mais perto do tráfico, mais longe da família. É comum elas deixarem mais de um filho para trás. Segundo Dráuzio Varella, médico, escritor e com trabalho de décadas no serviço de saúde das penitenciárias da capital paulista, é comum encontrar mulheres "com sete, oito filhos com certa frequência.”

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Em projeto, homens são obrigados a refletir sobre agressão a mulheres

Idealizado por promotora, Tempo de Despertar cria grupos reflexivos de homens que agrediram mulheres para combater a reincidência da violência doméstica.

Em uma grande roda de conversa masculina, um homem de meia idade, que chamava a atenção por sua compleição física de fisiculturista, expõe seu drama. Ele foi acusado de [agressão física](#) contra filha, que hoje está grávida, devido a um relacionamento do qual ele discordava. O namorado, segundo ele, veio buscar uma aproximação.

“Eu queria a orientação de vocês, colegas, sobre o que fazer”, pede, temendo um novo episódio de descontrole, mas, ao mesmo tempo, demonstrando revolta. Os demais o aconselham a se acalmar e a, talvez, só conversar posteriormente. “É como a gente aprendeu aqui”, resume outro.

Todos os participantes da conversa respondem na Justiça por agressão a mulheres. Enquadrados na [Lei Maria da Penha](#) (11340/06), participam de uma iniciativa que aposta no diálogo reflexivo para ressocializar os autores de [violência doméstica](#).

Idealizada em 2010 e aplicado pela primeira vez em 2014 na Promotoria de Taboão na Serra (SP), o projeto Tempo de Despertar envolve promotores, juízes, psicólogos, assistentes sociais e voluntários na discussão sobre masculinidade e violência doméstica.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Como os denunciados por violência contra mulheres pensam esses crimes Isabela Venturoza de Oliveira

Este estudo propõe uma reflexão sobre as narrativas de homens denunciados por crimes previstos na Lei Maria da Penha. Seu objetivo é analisar de que forma eles pensam as situações de violência doméstica e familiar contra mulheres e como isso está relacionado aos modelos de masculinidade e feminilidade vigentes em nossa sociedade. Os entrevistados da pesquisa foram agressores encaminhados à ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, em São Paulo, para participar de grupos reflexivos do Programa de Responsabilização de Homens Autores de Violência contra a Mulher.

A autora destaca duas conclusões principais: há uma diversidade de perfis de homens denunciados por violência contra a mulher e os conflitos relatados muitas vezes se originam de situações em que as mulheres não estavam em conformidade com o que era esperado de “uma boa mulher”, o que geralmente se relaciona ao cuidado do lar e da família e a questões ligadas à "moralidade" sexual.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Agressor culpa vítima por violência doméstica, aponta pesquisa no DF

Levantamento feito por estudante revela que 65,4% dos apenados por Maria da Penha disseram que as vítimas deram motivos para apanhar.

Prestes a completar 11 anos, a Lei **Maria da Penha** trouxe avanços na punição dos brasileiros que cometem violência doméstica. O problema é que, passada uma década desde que penas mais severas foram definidas para esses casos, o Brasil continua entre os países com as maiores taxas de assassinatos de mulheres (feminicídios). Além disso, o agravamento penal não foi acompanhado por uma maior conscientização dos agressores. Para eles, homens, na maioria, as vítimas são as principais responsáveis pela violência sofrida.

É o que aponta a pesquisa “Anverso”, realizada como trabalho de conclusão da graduação de direito, em Brasília, pela estudante Iara Rabelo de Souza. De acordo com o levantamento, 65,4% dos responsáveis pelos ataques disseram que as mulheres deram motivos para apanhar.

A autora buscou saber a percepção dos agressores quanto à pena estipulada pela Justiça. Foram feitas 60 entrevistas, entre fevereiro e março deste ano, com os denunciados que participavam da primeira audiência do cumprimento da pena. Os acusados eram convidados a responder, durante 20 minutos, um questionário com perguntas fechadas.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Jurisprudência

Grávida após laqueadura deverá ser indenizada

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) reformou sentença de Primeira Instância e proveu o recurso de uma mulher que engravidou depois de realizar cirurgia de laqueadura. O caso aconteceu no Hospital Geral Universitário (HGU) no ano de 2002. Após análise acurada do fato, o hospital e o médico responsável foram condenados solidariamente a pagar o montante de R\$ 30 mil, a título de danos morais, mais ajuda de custo para a mãe até que a criança complete 18 anos.

De acordo com o relator do caso, desembargador Sebastião de Moraes Filho, foi caracterizada falha na prestação de serviços por omissão dos requeridos. “O ato ilícito estaria demonstrado, devendo o ofendido ser indenizado pelos danos sofridos, quer os materiais, quer os morais. Quando não científica expressamente a paciente – laqueadura tubária durante serviço de parto cirúrgico, vindo a causar nova gravidez, não planejada, causando extraordinária aflição à mãe, desprovida de recursos para a criação e sustento do novo filho, caracterizados estão os danos materiais e morais”, disse em seu voto, que foi acolhido pelos desembargadores da Segunda Câmara de Direito Privado.

Segundo consta dos autos, a apelante insurgiu contra a decisão de Primeira Instância, pois não foi informada da possibilidade (mesmo que baixa) de nova gravidez após a laqueadura. A autora se submeteu à cirurgia pois não queria mais ter filhos. A decisão foi tomada depois de passar por três gestações de risco, com a ocorrência de eclampsia (convulsões na gestação).

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

TJ decide que Lei Maria da Penha pode ser aplicada em caso de ameaça a sogra

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul decidiu que a Lei Maria da Penha também pode ser aplicada quando o agressor é o genro e o alvo da ameaça de morte, a sogra. O processo examinado é de Canoas, na região Metropolitana.

Com o entendimento do colegiado, a ação retorna para ser julgada no âmbito do Juizado da Violência Doméstica da Comarca de Canoas – que havia manifestado incompetência para analisar o caso.

Ao votar, o desembargador Sérgio Miguel Achutti Blattes lembrou que o artigo 5º da Lei Maria da Penha, de 2006, “configura violência doméstica e familiar contra a mulher” os crimes baseados em violência de gênero em um cenário vulnerável para a vítima, seja qual for a relação íntima de afeto e mesmo que as partes não residam na mesma casa. (Rádio Guaíba).

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Legislativo em Foco

CLDF aprova 'botão do pânico' contra violência doméstica

A Câmara Legislativa do Distrito Federal iniciou na sessão desta quarta-feira (31) esforço concentrado para apreciar 13 projetos de lei em benefício das mulheres. Nesta tarde, foram aprovados em primeiro turno cinco proposições de deputados sobre assuntos variados. Aos demais será dada prioridade na pauta de votações da próxima terça-feira (6), quando tem início o 1º Fórum de Discussão de Políticas Voltadas às Mulheres – promovido pela Procuradoria da Mulher da CLDF no auditório da Casa, entre os dias 6 e 7 de junho.

Entre os projetos aprovados hoje está o PL nº1.135/2016, que cria diretrizes para o chamado "botão do pânico" para mulheres em situação de risco de violência doméstica e familiar no DF. Já adotado em outros estados do Brasil, o aplicativo a ser instalado nos celulares de vítimas protegidas por medidas protetivas poderá ser acionado todas as vezes que essas mulheres se virem ameaçadas por seus agressores. De acordo com o texto, de autoria de Wellington Luiz (PMDB), o dispositivo de segurança preventiva deverá funcionar de forma integrada entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, na forma de parcerias e convênios.

Também com o intuito de coibir os casos de violência contra a mulher no DF, a CLDF aprovou substitutivo aos projetos de lei nº 15, 320 e 411, todos de 2015. Apresentado na Comissão de Direitos Humanos, o texto visa a inibir diversas formas de violências, tais como discriminação, agressão ou coerção, constrangimento, e sofrimentos físico, sexual, moral e psicológico. De acordo com o substitutivo, o atendimento à vítima por serviços públicos de emergência sujeita o agressor à cobrança dos custos decorrentes. Os valores a serem cobrados serão definidos em regulamentação posterior, e os recursos arrecadados deverão ser investidos em ações contra a violência contra a mulher.

Leia na íntegra: [clique aqui](#)

Processo Legislativo - Proposições - Ficha Técnica

Proposição: PL 982/2016

Ementa: Dispõe sobre a participação das mulheres nos conselhos e demais órgãos de deliberação coletiva e dá outras providências.

Leitura: 10/03/16

Situação: Redação Final

Localização: ASSP

Autoria: CHICO VIGILANTE

Publicações: PUBL DCL 14/06/17 n. 109 p. 5 - Redação Final

Emendas: EMENDA 1 - CAS (Substitutivo - LILIANE RORIZ) [aprovada]

Pareceres: PARECER 1 - CAS (Parecer do relator - LUZIA DE PAULA) [aprovado]

PARECER 2 - CEOF (Parecer do relator - JULIO CÉSAR) [aprovado]

PARECER 3 - CCJ (Parecer do relator - CELINA LEÃO) [aprovado]

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Mapeamos as principais ameaças aos direitos reprodutivos no Congresso

Elas podem ser aprovadas como moeda de troca por votos nas reformas trabalhista e da previdência

Enquanto todos os nossos olhos estão virados para a corrupção, na surdina, deputados conservadores têm feito avançar suas festas particulares. Ruralistas têm afrouxado a proteção da Amazônia enquanto outros aproveitam para atacar os direitos reprodutivos das mulheres. Maira de Abreu, assessora técnica do Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Cfemea, alerta para o poder de barganha que essas bancadas têm neste momento. "Sabemos que o Congresso praticamente não funcionou neste primeiro semestre para outras matérias que não fossem reforma trabalhista e reforma previdenciária, nós temos de prestar atenção no que será moeda de troca nesse processo das reformas, para uma bancada fundamentalista, que tem como agenda a criminalização total do aborto."

Mapeamos as principais ameaças.

1. Ataque na Constituição

Das propostas de lei que estão tramitando, vale ficar de olho, especialmente, na PEC 29/2015, que acrescenta à Constituição o direito à vida "desde a concepção".

Para os bons entendedores, já fica claro que a proposta é uma tentativa de finalizar a abertura da legislação para a descriminalização ou legalização do aborto.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Processo Legislativo - Proposições - Ficha Técnica

Proposição: PL 814/2012

Ementa: ESTABELECE RESTRIÇÕES ÀS EMPRESAS QUE NEGAREM-SE A CONTRATAR MULHERES QUE TENHAM FILHOS, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL.

Leitura: 13/03/12

Situação: Redação Final

Localização: ASSP

Autoria: AGACIEL MAIA

Publicações: PUBL DCL 22/06/17 n. 113 p. 2 - Redação Final

Pareceres: PARECER 1 - CDDHCEDP (Parecer do relator - WELLINGTON LUIZ) [Aprovado]

PARECER 2 - CCJ (Parecer do relator - CELINA LEÃO) [Aprovado]

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Processo Legislativo - Proposições - Ficha Técnica

Proposição: PL 1135/2016

Ementa: Cria diretrizes gerais para implementação e uso do Dispositivo de Segurança Preventiva -DSP, 'Botão do Pânico', para mulheres em situação risco de violência doméstica e familiar, em todo o Distrito Federal.

Leitura: 25/05/16

Situação: Redação Final

Localização: ASSP

Autoria: WELLINGTON LUIZ

Publicações: PUBL DCL 22/06/17 n. 113 p. 4 - Redação Final

Pareceres: PARECER 1 - CSEG (Parecer do relator - CLÁUDIO ABRANTES)

PARECER 2 - CSEG (Parecer do relator - BISPO RENATO ANDRADE) [Aprovado]

PARECER 3 - CDDHCEDP (Parecer do relator - TELMA RUFINO) [Aprovado]

PARECER 4 - CCJ (Parecer do relator - JULIO CÉSAR) [Aprovado]

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Processo Legislativo - Proposições - Ficha Técnica

Proposição: PL 975/2016

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes nos estabelecimentos que menciona informando sobre a gratuidade da cirurgia plástica às pacientes vítimas de câncer de mama, no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.

Leitura: 08/03/16

Situação: Redação Final

Localização: ASSP

Autoria: CELINA LEÃO

Publicações: PUBL DCL 30/06/17 n. 119 p. 4 - Redação Final

Pareceres: PARECER 1 - CESC (Parecer do relator - RAIMUNDO RIBEIRO) [Aprovado]

PARECER 2 - CCJ (Parecer do relator - PROFESSOR REGINALDO VERAS) [Aprovado]

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Políticas Públicas

Unesp aprova uso de nome social por pessoas trans

A Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (Unesp) aprovou na última quinta-feira, 29, o uso de nome social para transgêneros na instituição. Em nota, a universidade denominou a decisão como pioneira entre as universidades públicas paulistas.

Além de alunos e professores, a resolução inclui pós-docs, servidores temporários, visitantes e participantes de eventos. No entanto, a medida não permite a mudança do sobrenome “como o uso de algum nome famoso ou artístico, pois distorceria o princípio da lei que é a dignidade e o constrangimento do nome civil”.

A Unesp esclarece que, internamente, só o nome social será usado, mas em documentos para uso externo haverá tanto o nome social quanto o civil.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Prefeitura de São Paulo oferecerá formação gratuita de doulas

No fim do ano passado, a Prefeitura de São Paulo anunciou que ofereceria uma formação gratuita para formar mulheres doulas. De acordo com o portal **Mães de Peito**, da jornalista Giovanna Balogh, o curso começará em agosto.

A primeira turma será formada apenas por profissionais e a segunda é voltada para qualquer pessoa interessada. A proposta da Secretaria Municipal de Saúde é que as doulas atuem na UBS - Unidade Básica de Saúde da sua região, para que a gestante seja acompanhada também na gestação e pós-parto. O curso é totalmente gratuito e as aulas acontecem na região central da cidade de São Paulo.

Vale ressaltar que as aulas atuarão na UBS da sua região de forma voluntária, mas com a formação poderão doular também na rede privada.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Travestis e transexuais poderão solicitar inclusão do nome social no CPF

Transexuais e travestis poderão ter o nome social incluído no documento de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). Para isso, basta que compareçam a uma unidade de atendimento da Receita Federal e peçam a inclusão. O cadastro será feito imediatamente e o nome social passará a constar no CPF, acompanhado do nome civil.

As orientações foram divulgadas pela Receita Federal após a publicação de instrução normativa sobre a questão no *Diário Oficial da União* desta quinta-feira (20). O nome social constará dos documentos “Comprovante de Inscrição” e “Comprovante de Situação Cadastral” no CPF.

O nome social é a designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

CFM discute redução da idade para cirurgia de mudança de sexo

A proposta é de que o procedimento possa ser feito a partir dos 18 anos e não aos 21, como determina a regra atual

Brasília – O Conselho Federal de Medicina (CFM) discute a redução da idade mínima para a cirurgia de mudança de sexo. A proposta é de que o procedimento possa ser feito a partir dos 18 anos e não aos 21, como determina a regra atual.

A mudança, ainda em análise por uma comissão formada pelo CFM, é apoiada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra). “Se a maioria é de 18 anos, por que esperar mais três anos para permitir a cirurgia?”, questiona a presidente da Antra, Keila Simpson.

Keila defende que a partir de 18 anos transexuais tenham também facilitado o acesso a hormônios, essenciais para a transformação.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Panorama Internacional

Endometriose: nova esperança

Pesquisas sugerem droga nova para um mal que afeta a fertilidade e pode resultar em depressão

Pelo menos uma em cada 12 brasileiras sofre dessa doença comum, crônica, desconfortável, e associada a alta prevalência de infertilidade e de distúrbios psiquiátricos, tais como depressão.

Basicamente, a endometriose e seus sintomas resultam do crescimento de células, normalmente encontradas na parte interna do útero, chamada de endométrio, em órgãos fora do útero. Os locais mais frequentes da implantação anômala dessas células são a cavidade abdominal, o intestino, o diafragma, a bexiga.

Apesar de ser uma doença benigna, não cancerosa, ela causa irregularidades menstruais, dores abdominais e pélvicas e infertilidade. É comum nas pacientes portadoras de endometriose a depressão, problemas de relacionamento afetivo e sexual e elevada frequência de absenteísmo no emprego devido a sintomas intensos.

Sabe-se que as células da endometriose dependem fundamentalmente dos hormônios femininos, estrógenos, para se proliferarem. O tratamento dessa doença geralmente é clínico, com medicamento. A cirurgia pode ajudar a diminuir os sintomas em alguns pacientes. Apesar desses tratamentos, muitas pacientes ainda sofrem por muitos anos.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

“Não faças a cadeira dele. ” Sexismo, assédio, discriminação e racismo nas universidades portuguesas

Uma investigadora esteve "infiltrada" nas universidades portuguesas para trazer à luz uma realidade de bastidores, só conhecida de estudantes e docentes: discriminação e assédio na academia.

Quando decidiu fazer uma investigação sobre o sexismo nas universidades portuguesas, Maria do Mar Pereira, atualmente professora associada no Departamento de Sociologia da Universidade de Warwick (Reino Unido) e diretora do Centre for the Study of Women and Gender, achava que sabia o que a esperava.

Tinha estudado numa instituição portuguesa e tinha assistido e vivido situações, implícitas e explícitas, de sexismo. Mas o que encontrou foi bem mais complexo e profundo do que aquilo de que estava à espera. Foram várias as pessoas que entrevistou e que lhe relataram episódios, não só de sexismo, como de assédio sexual. Sem contar com o que assistiu quando se “infiltrou” em congressos, eventos e reuniões universitárias. Tudo isto em contexto académico, tanto entre estudantes, como entre docentes, e de professores para com as alunas, mas sempre nos bastidores e de forma oculta.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Na Argentina, os ricos são homens e os pobres, mulheres

Entre quem ganha até 100 dólares há duas vezes mais mulheres. Proporção é oposta entre os mais ricos

A renda das mulheres na Argentina é 27% inferior à dos homens. É uma enorme disparidade salarial que aumenta ainda mais no topo e na base da pirâmide. Entre os 10% da população que ganham menos de 300 reais por mês há duas vezes mais mulheres que homens e a porcentagem feminina é superior à masculina até a metade da pirâmide. Nesse ponto, os números começam a se inverter até chegar ao topo: de cada 100 argentinos com renda próxima de 40.000 pesos (7.900 reais), 63 são homens e 37 mulheres. Os dados de distribuição de renda obtidos a partir da Pesquisa Permanente de Lares do primeiro trimestre do ano evidenciaram a grande desigualdade que persiste entre gêneros e a necessidade de uma mudança cultural e de políticas públicas que permitam reduzi-la.

A baixa remuneração de alguns trabalhos desempenhados pelas mulheres, a menor carga horária em seus empregos e as dificuldades para serem promovidas a cargos mais bem remunerados são algumas das explicações para as diferenças. Em média, os homens na **Argentina** recebem 14.690 pesos (2.915 reais) frente aos 10.710 pesos (2.125 reais) das mulheres.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Senado chileno aprova descriminalização do aborto em três casos

Projeto ainda precisa passar pela Câmara dos Deputados para ser sancionado; O Chile é um dos 10 países do mundo que proíbem o aborto em todas as suas formas.

Mulheres chilenas pedem a descriminalização do aborto, em Santiago, 2014.

O Senado chileno aprovou, no dia (19/7), a descriminalização do aborto terapêutico e em caso de estupro, deixando o projeto impulsionado pela presidente Michelle Bachelet a um passo de se tornar lei.

Depois de horas de tenso debate e de mais de dois anos de tramitação, os senadores aprovaram a descriminalização do aborto em caso de risco de vida para a mãe (20 votos a favor, 14 contra), inviabilidade do feto (19 contra 14) e estupro (18 contra 16).

Imediatamente depois, o projeto voltou para a Câmara dos Deputados - onde já havia sido aprovado em janeiro de 2016 - para sua última revisão antes de ser sancionado.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Bebê terá documento sem identificação de sexo para 'decidir gênero quando crescer'

Um bebê canadense de oito meses é provavelmente o primeiro caso no mundo de um recém-nascido com um documento oficial em que seu gênero não é identificado.

O cartão de saúde da criança, batizada como Searyl Atli, foi emitido pelo governo da Província de Colúmbia Britânica com a letra "U" no espaço reservado para "sexo", o que pode ser interpretado em inglês como *undetermined* (indeterminado) ou *unassigned* (não atribuído).

Esse fato - que parece ser inédito no mundo, segundo a imprensa canadense - era uma demanda de Kori Doty, que é pai/mãe de Searyl.

Kori é transgênero, se identifica como uma pessoa "não binária" - classificação usada por pessoas que não se consideram homem ou mulher - e deseja que o filho descubra por conta própria seu gênero quando for mais velho.

Kori tenta omitir o gênero da criança também da certidão de nascimento. Isso é negado pelas autoridades até o momento. Atualmente, as certidões de nascimento de Colúmbia Britânica só permitem que sejam designados os gêneros "masculino" e "feminino".

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Argentina Ativista estimula mulheres sauditas, proibidas de dirigir, a pedalar

Para a saudita Baraah Luhaid, a liberdade tem duas rodas. A ciclo ativista de 25 anos acredita que as bicicletas podem ajudar as mulheres, proibidas de dirigir em seu país, a ter mais autonomia para se movimentar.

"As principais cidades da Arábia Saudita ainda são muito voltadas para os automóveis e têm pouca oferta de transporte coletivo. Bicycletas acabam sendo uma opção mais sustentável e barata que os carros e serviços de carona, como o Uber", diz.

Pensando nisso, Luhaid abriu o Spokes Hub, um café para ciclistas em Riad onde vende equipamentos e organiza cursos para estimular mais pessoas a pedalar.

Ela também está em contato com estilistas para criar um modelo de abaya, a túnica feminina típica, que garanta flexibilidade e conforto na bicicleta sem desrespeitar a tradição islâmica.

A vestimenta das mulheres na Arábia Saudita é restringida pela sharia, a lei islâmica, sendo obrigatório o uso do véu e de trajes modestos em público.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Tendência regressiva põe em perigo avanços em igualdade de gênero, diz ONU

Os progressos conquistados em termos de igualdade de gênero estão em perigo em escala global, com a expansão de movimentos regressivos e fundamentalistas que atentam contra os direitos da mulher amparados pela tradição, cultura e religião, advertiu nesta quarta-feira um grupo de especialistas da ONU.

"O mundo está em uma encruzilhada, o conceito de igualdade entre homens e mulheres é cada vez mais discutido", disse em um comunicado conjunto o Grupo de Trabalho da ONU contra a Discriminação Feminina e vários relatores especiais, entre eles a de violência contra a mulher, Dubravka Simonovic, e o de liberdade religiosa, Ahmed Shaheed.

"Estamos testemunhando como grupos fundamentalistas solapam os alicerces sobre os quais se baseia todo o sistema de direitos humanos", diz o texto.

Os relatores rejeitam qualquer legislação que discrimine as mulheres por motivos de tradição culturais ou religiosos e que criminalizam exclusiva ou desproporcionalmente as ações ou comportamentos pelo mero fato de ser mulher.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Por que homens matam mulheres?

Pesquisa inédita na Espanha revisa, um a um, centenas de feminicídios. A partir de dados sobre personalidade e comportamento dos agressores, o objetivo é prevenir assassinatos

Os homicídios classificados como “[violência de gênero](#)” abrangem em média 60 mortes de mulheres por ano na [Espanha](#). Desde o caso do sujeito que um belo dia deu um golpe mortal na cabeça de sua mulher e depois a esquartejou para se livrar do cadáver até o do bom pai com o divórcio atravessado na garganta que uma noite, cheio de raiva, entra na casa dos sogros e esfaqueia toda a família. Passa também pelo bandidão da cidade que flerta com drogas, de vez em quando perde

a cabeça, entra e sai da prisão e acumula mandados de afastamento que não cumpre — inclusive com o consentimento dela —, até que um dia perde a cabeça de vez e acaba matando-a.

Diante da ideia generalizada — e ensinada nas universidades — [de que a violência de gênero implica uma escalada](#) (tensões, agressões verbais, físicas, falsa lua de mel e manipulação emocional...), existe um dado novo e desconcertante: em 45% dos casos os homens que assassinaram seu par não tinham nenhum antecedente violento conhecido; entrariam num amplo grupo que pode ser classificado como de agressores “eventuais”, e, portanto, imprevisíveis.

O rótulo global de “violência de gênero” inclui todos os “homicídios de casal” e se mostra útil para fazer esta contabilidade macabra, mas inútil para detê-la, porque o número mal varia ano após ano. Na Espanha, cerca de 60 assassinatos por ano. Já no Brasil, segundo [o Mapa da Violência 2015 sobre Homicídios de Mulheres](#), ocorrem aproximadamente 5.000 feminicídios por ano, uma taxa de 4,8 para 100.000 mulheres — [a quinta maior do mundo e um aumento de 111% com relação a 1980](#), quando a proporção de feminicídios era de 2,3 para 100.000 mulheres, segundo o estudo.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Reino Unido proíbe anúncios com estereótipos de gênero

Agência reguladora afirma que atribuir atividades divididas entre "coisa de menino" e "coisa de menina" pode fazer mal a crianças e adultos

A atribuir a cor rosa às meninas e o azul aos meninos, reforçando estereótipos de gênero, não será mais permitido em comerciais no Reino Unido. A decisão é da Advertising Standards Authority's (ASA), agência de regulamentação de propagandas.

A medida foi tomada com base na atual legislação que proíbe anúncios que retratem as mulheres como objetos sexuais ou extremamente magras.

Em relatório, a ASA divulgou que atribuir atividades divididas por gênero pode fazer mal à crianças e adultos. Entre os exemplos de materiais que serão banidos estão propagandas em que as mulheres aparecem limpando a casa e cuidando dos filhos sem receber nenhuma ajuda.

Também serão banidos materiais que mostrem homens falhando ao realizar tarefas domésticas e crianças sendo proibidas de fazerem atividades “inapropriadas” ao seu gênero.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

ONU Mulheres Brasil nomeia Taís Araújo como defensora dos Direitos das Mulheres Negras

Atriz reforça a estratégia “Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030” da ONU Mulheres Brasil, para visibilidade das afro-brasileiras como um dos grupos prioritários da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável e da Década Internacional de Afrodescendentes. Taís se soma ao grupo de mulheres públicas vinculadas à ONU Mulheres Brasil: embaixadora Camila Pitanga e defensoras dos Direitos das Mulheres Negras, Kenia Maria, e para a Prevenção e a Eliminação da Violência, Juliana Paes.

Por ocasião do #JulhoDasPretas – período de mobilização do movimento de mulheres negras em decorrência do 25 de julho, Dia da Mulher Afro-latino-americana, Afro-caribenha e da Diáspora –, a ONU Mulheres Brasil nomeou Taís Araújo como defensora dos Direitos das Mulheres Negras. A partir desta segunda-feira (3/7), a atriz passa a apoiar a visibilidade das mulheres negras como um dos grupos prioritários do Plano de Trabalho da ONU Brasil para a [Década Internacional de Afrodescendentes](#), alinhado com o princípio de não deixar ninguém para trás, focando nos grupos em situação de maior vulnerabilidade, preconizado na Agenda

2030 e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e ressaltado no [Marco de Parceria para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2021](#). Estes princípios estão aglutinados na estratégia de comunicação da ONU Mulheres Brasil [Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030](#).

A estratégia já conta com o apoio de [Kenia Maria](#), defensora dos Direitos das Mulheres Negras, em plena atuação pública desde a sua nomeação, ocorrida no Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, em março deste ano.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Meninas negras são vistas como 'menos inocentes' do que brancas, diz estudo

Adultos tendem a achar meninas negras menos inocentes –mais entendedoras de “assuntos adultos” como sexo– do que as brancas. A conclusão foi publicada em um estudo da Georgetown Law, uma universidade da cidade de Washington, nos Estados Unidos. Para a jornalista e socióloga Fabiana Moraes, se realizada no Brasil, a pesquisa mostraria a menina negra ainda mais hipersexualizada.

“Aqui vendemos durante décadas as mulheres negras das mais variadas idades como ‘produto de exportação’”, diz Fabiana, que é professora da Universidade Federal de Pernambuco e autora dos livros [“No País do Racismo Institucional”](#) e “Nabuco em Pretos e Brancos” (Editora Massangana), entre outros.

Para produzir o relatório “Girlhood Interrupted: The Erasure of Black Girls’ Childhood” (Infância Interrompida: O Apagamento da Infância de Crianças Negras, em tradução do inglês), os pesquisadores da Georgetown entrevistaram 325 adultos de diferentes etnias, níveis de formação e de regiões diferentes dos Estados Unidos.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Enquanto a China se prepara para novos líderes, as mulheres ainda são excluídas Didi Kirsten Tatlow Em Pequim (China)

Delegados participam do 18º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, em Pequim

Os líderes do Partido Comunista da China se reunirão no fim deste ano para um atentamente observado congresso que decidirá quem conduzirá o partido em sua oitava década no poder. Mas apesar de toda a especulação a respeito de quem despontará no topo do partido do governo, um resultado parece certo: poucos serão mulheres, se é que algum.

Nenhuma vez desde que os comunistas chegaram ao poder em 1949 uma mulher se sentou no mais alto órgão do partido, o Comitê Permanente do Politburo composto por sete membros, atualmente liderado pelo presidente Xi Jinping. O Politburo com 25 membros conta com apenas duas mulheres, apesar de esse ser o número mais alto desde a Revolução Cultural, quando as mulheres do líder chinês Mao Tsé-tung e de Lin Biao, seu sucessor designado, receberam assentos em 1969.

Apesar dos compromissos constitucionais da China com igualdade de gênero, a discriminação permanece disseminada, dizem acadêmicos e feministas, resumida pelo ditado de que uma mulher com poder é como "uma galinha cantando ao amanhecer", um presságio do colapso da família e do Estado.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Dados divulgados na última semana revelam a gravidade da violência de gênero no país.

Está muito enganado quem pensa que países de “primeiro mundo” não sofrem com a **violência de gênero**. Em pesquisa divulgada na última quinta-feira (20), os *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC), agência do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos [Estados Unidos](#), trouxeram [dados que desmentem esta noção](#): dentre os homicídios de mulheres de cujas circunstâncias se tem conhecimento entre 2003 e 2014, **os assassinos foram namorados, maridos ou amantes da vítima em 93% dos casos.**

Segundo o CDC, foram 10,018 os homicídios de mulheres nos Estados Unidos neste período. 55% dos casos dos quais se conhecem as circunstâncias envolveram violência doméstica. De acordo com [levantamento feito pelo Huffington Post norte-americano](#), cerca de 3 mulheres são mortas diariamente por um parceiro íntimo no país.

Feminicídio no Brasil

Por aqui, os dados a respeito não são melhores. Segundo o [Atlas da Violência, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada \(Ipea\) em 2016](#), entre 2004 e 2014 foram 42,287 as mulheres assassinadas no [Brasil](#). Neste intervalo de tempo, o número de homicídios de mulheres cresceu absurdos 66,7%.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Panorama Nacional

Quase 20% dos brasileiros acham que a homossexualidade deve ser desencorajada

Pesquisa Datafolha mostra que a aceitação de LGBT pela sociedade cresceu de forma significativa nos últimos três anos.

Pesquisa Datafolha para identificar a inclinação ideológica da população brasileira revela que a aceitação de homossexuais está crescendo no Brasil.

O levantamento divulgado aponta que **74%** dos brasileiros consideram que a homossexualidade "deve ser aceita por toda a sociedade". Em 2014, quando foi feita a última pesquisa, eram 64%.

Atualmente, **19%** dos brasileiros dizem que a homossexualidade "deve ser desencorajada por toda a sociedade". Há três anos, eram 27%.

O Datafolha entrevistou 2.771 pessoas de 21 a 23 de junho.

Esse mesmo levantamento mostra que os brasileiros estão condenando mais a pena de morte como resolução para crimes hediondos. Em 2014, eram 52%; agora, são 55%.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

A cada hora, duas mulheres procuram o SUS após o aborto em MG

No ano passado, unidades de saúde do Estado realizaram 16.733 curetagens e esvaziamentos de útero

O aborto no Brasil é permitido em casos de estupro, gravidez com risco de morte materna ou feto anencefálico (com malformação do cérebro). Em qualquer outra circunstância, ele é ilegal. Segundo o Ministério da Saúde, oficialmente, em Minas Gerais, foram realizados 15 abortos legais em 2016, mas os hospitais da capital mineira computaram cerca de 40. Por outro lado, as unidades de saúde do Estado fizeram 16.733 procedimentos pós-aborto (curetagem e esvaziamento do útero) no ano passado. Isso significa que, em média, a cada hora, duas mulheres procuram o Sistema Único de Saúde (SUS) por complicações surgidas após terem abortado de forma provocada ou espontânea.

Sem estatísticas confiáveis, os abortos ilegais estão ocorrendo todos os dias em Minas e no país. Muitos deles, em lugares clandestinos e arriscados. “Como é crime, as pessoas não vão expor isso. Elas chegam ao hospital com quadro de hemorragia grave e nunca falam que tentaram o aborto”, afirma a obstetra Alamanda Kfoury, do ambulatório de medicina fetal do Hospital das Clínicas.

Aquelas que têm o direito de interromper a gestação, nos quadros assegurados por lei há mais de 30 anos, enfrentam dificuldades no atendimento, que deveria ocorrer imediatamente nas unidades com obstetrícia e emergência, conforme garante a Portaria 415/2014 do Ministério da Saúde. E um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) avança no Senado para impossibilitar todo tipo de aborto.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Prefeitura de SP congela novas concessões de auxílio-aluguel para vítimas de violência doméstica

Atualmente cem mulheres recebem benefício na capital paulista. Prefeitura diz que não cortou benefícios, mas que retomará programa após revisão do auxílio.

A Secretaria Municipal de Habitação congelou novas concessões do auxílio-aluguel às vítimas de violência doméstica.

Para apoiar as mulheres que sofrem com a violência doméstica, a Secretaria Municipal de Habitação incluiu em uma resolução de dezembro de 2014 essas mulheres em programas de atendimento provisório.

Atualmente, a cidade de São Paulo tem cem mulheres que recebem auxílio-aluguel de R\$ 400 por mês. O pedido do auxílio é feito pelos assistentes sociais e psicólogos das vítimas atendidas nos Creas (Centros de Referência Especializados de Assistência).

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Mulheres têm o dobro de chances de desenvolver transtorno causado pela violência, apontam estudos

As pessoas começam a olhar diferente, só quem vive entende a dor do outro', diz vítima de assalto diagnosticada com transtorno de estresse pós-traumático. Eu queria que meu filho já tivesse morrido". O pedido desesperado de uma moradora do Morro Dona Marta, em Botafogo, é resultado de anos de sofrimento constante, mas invisível

para outras pessoas. O jovem faz parte do "movimento" e, todo dia, ela acha que vai acordar e receber a notícia de que o seu filho foi assassinado por traficantes rivais ou pela própria polícia.

A morte do filho, para ela, seria a chance de minimizar a dor e a angústia que sente diariamente. A expectativa da tragédia vem acompanhada de crises de ansiedade, insônias e mudanças de humor repentina.

Pesquisas promovidas pelo Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em parceria com outras instituições, apontam que as mulheres têm o dobro de chances de desenvolver transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) causado pela violência. Entretanto, os homens de 18 a 30 anos são muito mais expostos à violência que o sexo oposto.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Maioria das vítimas de feminicídio, negras foram também 52% das mulheres mortas pelas polícias entre 2005 e 2015

Duas pesquisas divulgadas em junho evidenciam o peso do racismo patriarcal, institucional e estrutural na dinâmica da violência que atinge as mulheres negras no Brasil.

O 3 de julho marca no Brasil o Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial. Importante nesta data destacar que as 49 milhões de pretas e pardas que vivem no país, segundo dados do Censo 2010 do IBGE, têm estado historicamente sobre representadas em todos os índices de violações a direitos.

Nessa mesma direção, os dados da pesquisa Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, realizada pelo DataSenado entre 29 de março e 11 de abril, com a participação de 1.116 entrevistadas por telefone, ressaltam como o racismo potencializa e torna ainda mais cruel as violências contra negras frente àquelas praticadas contra mulheres não negras. Já o Atlas da Violência 2017, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), mostra a dupla face da mortalidade negra feminina, ao apresentar a série histórica de homicídios entre 2005 e 2015. Além de serem maioria entre as vítimas fatais de agressão, mulheres negras são também as que mais morrem pelas mãos do Estado, nas “intervensões legais e operações de guerra”, que é como as operações policiais são denominadas na base de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, utilizada para elaboração do Atlas.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Os piores estados para ser mulher no Brasil

Roraima é o estado onde mais mulheres são assassinadas no país, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Roraima é o estado brasileiro mais violento para as mulheres, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com dados de 2015.

De acordo com a pesquisa, a taxa de mortes no estado foi de 11,4 para cada grupo de 100 mil mulheres. O número é quase três vezes maior do que a média do Brasil, de 4,4, e quase cinco vezes maior do que São Paulo, o estado com a menor taxa, de 2,7 mortes para cada 100 mil.

No geral, a proporção de mulheres assassinadas tem crescido nos últimos anos. Segundo o estudo, a taxa de homicídios entre mulheres saltou 7,5% entre 2005 e 2015. Por outro lado, em alguns estados, houve melhora na variação da taxa de violência: São Paulo teve uma redução de 35% nesse período.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Governo reduz em 61% verba para atendimento à mulher em situação de violência

Valor destinado a incentivo para autonomia das mulheres caiu. Orçamento da central de atendimento subiu 13% em 2017.

O valor autorizado para gastos com atendimento à mulher em situação de violência caiu 61% em 2017 em relação ao ano passado. Os recursos destinados à rubrica passaram de R\$ 42,9 milhões em 2016 para R\$ 16,7 milhões neste ano –R\$ 3,6 milhões já foram usados. Os dados são do portal do orçamento do Senado Federal.

O montante voltado ao incentivo a políticas de autonomia das mulheres também sofreu corte considerável neste ano.

De R\$ 11,5 milhões em 2016, o valor passou para 5,3 milhões em 2017, uma redução de 54%. Do total autorizado para gastos neste ano, R\$ 309,6 mil foram desembolsados.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Em um ano, mais de mil mulheres chegam à Cracolândia

Pesquisa realizada em junho revela que a porcentagem de mulheres na região aumentou em quase 20%

Enquanto buscava na memória a sequência de fatos que a levou até à Cracolândia, Carla Andrade Furlan, 27 anos, enrolava os fios de cabelo e os acomodava atrás das orelhas. Foi abandonada pelo pai aos seis meses de idade, quando ainda vivia em Juazeiro do Norte (CE) com a mãe e a irmã.

Até hoje, não sabe se o homem se encontra vivo ou morto. E a sua família, que mora em São Roque (SP) não imagina que o filho, hoje mulher transexual, está há oito anos nas ruas da Cracolândia. “Aqui é terra onde o filho chora e a mãe não vê”, constata Carla.

No começo de junho, uma pesquisa encomendada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS) e realizada pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), levantou que entre 2016 e 2017, a porcentagem de mulheres na Cracolândia passou de 16,8% para 34,5%. São mais de mil mulheres em apenas um ano. A porcentagem de pessoas transgêneros diminuiu somente 1,5%.

A pesquisa é o primeiro levantamento de características sociodemográficas e de vulnerabilidade social da população da Cracolândia.

O estudo, que teve consultoria de Clarice Sandi Madruga, doutora em Psiquiatria e em Psicologia Médica, também mostrou que quase 18% das mulheres foram abandonadas por familiares em algum momento da vida.

Madruga entende que o aumento de mulheres se deu possivelmente pela quantidade de equipamentos de amparo social e de saúde existentes na região.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Além das grades: Uma leitura do sistema prisional feminino no Brasil

Em presídios brasileiros, mulheres sofrem com picadas de baratas, falta de atendimento médico e restrição na oferta de absorventes.

O Brasil ocupa o 5º lugar no ranking dos países com maior população prisional feminina, atrás dos Estados Unidos, China, Rússia e Tailândia. As mais de 37 mil presidiárias brasileiras parecem seguir um perfil: 67% são negras ou pardas; 68% têm entre 18 e 34 anos; 63% são condenadas a penas de até oito anos; e 99% não têm diploma universitário.

Assim é a ex-presidiária **Iara dos Anjos Santana**, 30 anos. A baixa estatura e o pouco peso, a princípio, podem dar uma falsa impressão de fragilidade dela. Mas essa ilusão logo acaba quando ela abre a boca e uma voz rouca se impõe.

Sempre usando gírias e com resquícios do sotaque baiano, ela é rápida nas respostas. Não esconde nada, mas fala pouco, parece não querer perder tempo nos detalhes de sua história. "Aos 11 anos de idade fui para a rua. Eu era abusada pela companheira da minha mãe e pelo meu irmão, que era usuário de drogas. Eles também me obrigavam a vender acarajé nas praias. Cansei e fugi", conta.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Bahia condena 2º caso de feminicídio, mas estatísticas nacionais sobre a Lei ainda são escassas

A lei que altera o código penal já completou dois anos, mas faltam dados para avaliar avanços nas condenações.

A Bahia está entre os estados que mais matam mulheres no Brasil, de acordo com o Mapa da Violência de 2015. Porém, desde que a lei federal do feminicídio foi criada, há 2 anos, apenas 2 casos foram julgados no estado. A mais recente condenação aconteceu em júri presidido pela juíza Sirlei Caroline Santos. Um homem foi condenado a 21 anos, nove meses e 15 dias de prisão, pelo assassinato de sua companheira, na cidade de Montesanto, interior do estado.

De acordo com informações do jornal local Correio, o homem fugiu após o crime. A vítima chegou a ser socorrida por vizinhos e foi encaminhada para o hospital, mas já chegou sem vida.

Ao Correio, testemunhas afirmaram que a mulher havia decidido se separar do companheiro, ele não aceitou a decisão e o casal enfrentou uma briga. Esse teria sido o motivo que culminou na morte da vítima.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

84% dos brasileiros apoiam discutir gênero nas escolas, diz pesquisa Ibope

“É uma questão civilizatória reconhecer que pessoas vivem sexualmente de forma diferente”, diz Regina Soares, da Católicas pelo Direito de Decidir.

Na contramão de projetos de lei que pregam a Escola Sem Partido, a maior parte dos brasileiros é a favor de discutir assuntos ligados a gênero em sala de aula. É o que revela pesquisa Ibope encomendada pela instituição Católicas pelo Direito de Decidir.

De acordo com a sondagem, feita em fevereiro e a qual o HuffPost Brasil teve acesso com exclusividade, 72% concordam total ou em parte que professores promovam debates sobre o direito de cada pessoa viver livremente sua sexualidade, sejam elas heterossexuais ou homossexuais.

Já 84% concordam totalmente ou em parte que professores discutam sobre a igualdade entre os sexos com os alunos. O nível de apoio varia de acordo com algumas variáveis, como idade, escolaridade, classe social e religião.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mulheres em Movimento

Movimento social e Estado se unem para abrigar vítima de violência doméstica

Todos os dias, cerca de 360 mulheres são vítimas de violência doméstica em Minas e, muitas vezes, não têm para onde ir e nem sabem a quem pedir ajuda. Os Centros de Referência à Mulher oferecem teto e acompanhamento psicossocial a esse público, dentre outros serviços.

Em Belo Horizonte, há mais um local de acolhimento. É o Centro de Referência da Mulher Tina Martins, um espaço desenvolvido pelo Movimento Olga Benário para prestar atendimento psicológico e jurídico a moradoras da capital, além de servir de abrigo a quem está em situação vulnerável.

O espaço está localizado no número 641 da rua Paraíba, no Funcionários, região Centro-Sul, em uma casa cedida pelo Governo de Minas. Desde o início do funcionamento, há seis meses, mais de 30 mulheres foram recebidas.

Todo o trabalho é dividido entre voluntários. Doze integrantes do movimento se revezam na administração, enquanto psicólogos, advogados, arquitetos e professores de línguas, por exemplo, atendem as mulheres ou se incumbem de intervenções no imóvel, tombado pelo Estado. Já os custos com água e energia elétrica são bancados pelo Centro Risoleta Neves de Atendimento (Cerna), vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese).

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Mulheres negras e indígenas saem às ruas contra a violência nesta terça

Marcha em São Paulo denuncia o racismo e a violência que vem se agravando com as reformas "genocidas" do governo Temer e as ações higienistas de Doria.

São Paulo – Contra as opressões que ainda imperam na sociedade e com o lema “Por nós, por todas nós, pelo bem viver”, **mulheres negras e indígenas** de São Paulo saem às ruas nesta terça-feira (25) para denunciar o racismo, o machismo e a violência. A iniciativa celebra o Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, instituído em 1992 no 1º Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas, com o intuito de dar visibilidade à luta de mulheres negras no continente, e o Dia Nacional de Tereza de Benguela, líder do quilombo Quariterê no Mato Grosso em meados do século 18, comemorados nesta terça.

As ações são capitaneadas pela Marcha das Mulheres Negras de São Paulo, em articulação com mais de 50 entidades do movimento negro e de mulheres, como o Geledés Instituto da Mulher Negra, União de Negros pela Igualdade (Unegro), Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), Marcha Mundial de Mulheres (MMM), dentre outros.

"Queremos colocar a pauta do genocídio do povo negro, do feminicídio e do encarceramento em massa no centro do debate político", afirma Juliana Gonçalves, integrante da marcha. Segundo ela, a violência contra as mulheres negras, seja em função da cor, do gênero, da orientação sexual ou por intolerância religiosa, vem crescendo "exponencialmente" nos últimos anos. "Marchamos porque queremos viver."

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Movimento Olga Benário ocupa casa abandonada em Mauá para atender mulheres vítimas de violência

O Movimento de Mulheres Olga Benário, realizou a ocupação de uma casa abandonada para a construção de uma Casa de Referências para Mulheres na cidade de Mauá.

No dia Internacional da Mulher Latino Americana e Caribenha, dia marcado no Brasil pela luta do povo negro representado na figura de **Tereza de Benguela**, do movimento quilombola, nasce mais uma ocupação de mulheres do **Movimento Olga Benario** para denunciar o descaso dos poderes públicos e para exigir que seja transformada numa Casa de Referência para Mulheres!!

“O MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO, REALIZOU A OCUPAÇÃO DE UMA CASA ABANDONADA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CASA DE REFERÊNCIAS PARA MULHERES NA CIDADE DE MAUÁ.

A VIDA DAS MULHERES NO SISTEMA EM QUE VIVEMOS ESTÁ CADA VEZ PIOR, COM ÍNDICES DE VIOLÊNCIA E ESTUPRO QUE SÓ AUMENTAM, PRINCIPALMENTE DAS MULHERES NEGRAS. POR ESSE MOTIVO E PARA DEFENDER A VIDA DAS MULHERES FOI ORGANIZADA A OCUPAÇÃO, QUE FOI NOMEADA DE *HELENIRA PRETA* EM HOMENAGEM A _HELENIRA RESENDE_, MULHER NEGRA ASSASSINADA E DESAPARECIDA PELA DITADURA MILITAR. ”

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Angela Davis: “Carolina Maria de Jesus nos lembrou que a fome faz refletir sobre o futuro”

Filósofa norte-americana exortou que o feminismo negro defenda punições alternativas à prisão

Professora defendeu que movimento no Brasil, incluindo o das domésticas, seja referência para EUA

"As pessoas me perguntam: 'Você já esteve no Rio?' Não. 'Você já esteve em São Paulo?' Não. Mas estive em Salvador e de novo e de novo", derreteu-se Angela Davis rendendo de vez o auditório da Universidade Federal da Bahia (UFBA) nesta terça-feira. As pessoas que lotavam as cadeiras e as galerias, muitas reluzindo vastas cabeleiras afro em jogo com a de Davis - do graúna das fotos históricas, agora seu fios estão agora quase brancos -, ouviram a filósofa e ícone da luta pelos direitos civis dos EUA conclamar contra os que considera algozes, do [Governo Trump](#) ao sistema carcerário mundial "depositário dos humanos considerados lixo": "Com a força e o poder das mulheres negras desta região, nós resistiremos".

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Um dos maiores eventos feministas do mundo vai reunir 8 mil em Florianópolis

Pela primeira vez, o Congresso Mundos de Mulheres (MM) será realizado na América do Sul. Integrada ao 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero (FG), a 13ª edição acontece de 30 de julho e 4 de agosto, em várias partes do campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis. Mais de 8 mil mulheres de todos os continentes estão inscritas. Fóruns, conferências, minicursos, apresentações artísticas e marcha compõem a programação que deve

movimentar a cidade nesses seis dias. Um aplicativo está sendo desenvolvido especialmente para dar mais dinamismo às informações e facilitar o contato entre participantes. A tecnologia será acessível também para cegos.

Mulheres dos mais variados movimentos, como **indígenas, camponesas, negras, trabalhadoras do sexo, mulheres trans, travestis, bissexuais e lésbicas** terão voz garantida no encontro, como afirma Vera Gasparetto, da Comissão de Movimentos Sociais. Com a temática “**Transformações, Conexões, Deslocamentos**”, o evento une academia e ativismo com a proposta de ser um espaço de diálogo entre pessoas do mundo sobre questões de gênero, feminismo e suas relações com raça/etnia, classe, nacionalidade, religião, entre outros recortes. Entre os temas de destaque estão o direito de viver sem violência, educação e gênero, descriminalização do aborto, sexualidades, masculinidades e transidentidades – marcando a inclusão de novos sujeitos à história dos feminismos.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Opinião

Por que mulheres se agredindo em rede nacional ainda é capaz de elevar o Ibope das novelas

Foi ao ar uma das cenas mais esperadas pelo público da novela 'A Força do Querer'.

Foi ao ar uma das cenas mais esperadas pelo público da novela *A Força do Querer* e que parte de uma fórmula que é velha conhecida dos roteiros na dramaturgia. Joyce (Maria Fernanda Cândido) e Ritinha (Isis Valverde) vão dar uma surra em Irene (Débora Falabella).

Joyce, com ajuda da nora Ritinha, descobriu que Irene, até então sua melhor amiga, tem um caso com o seu marido Eugênio (Dan Stulbach). Ela teria se aproveitado da amizade com Joyce para manipular não só uma, mas várias situações vividas com a "amiga".

No capítulo, a personagem de Maria Fernanda Cândido vai a um restaurante acompanhada de seu filho Ruy (Fiuk) para encontrar o marido. No local, ela dá de cara com Irene.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Jurema Werneck: 'Ser mulher negra no Brasil de hoje é sinônimo de luta'

Em entrevista ao HuffPost Brasil, diretora da Anistia Internacional no Brasil fala sobre militância e combate ao racismo no País.

Lembrar e se inspirar em mulheres que resistiram em um mundo hostil e violento. Foi, em parte, pela admiração por mulheres como Lecy Brandão e Angela Davis, que Jurema Werneck, 56 anos, fundadora da ONG Criola e atual diretora Institucional da Anistia Internacional no Brasil, conseguiu um impulso para vencer o desgosto pelos estudos, alimentado por um déficit de atenção na infância.

"Minha bisavó, minha avó, minha mãe, Angela Davis e Leci Brandão foram mulheres muito importantes para que eu aprendesse sobre o mundo, de fato", conta em entrevista ao HuffPost Brasil. Hoje, a menina bisneta de escrava que nasceu no Morro dos Cabritos, em Copacabana, no Rio de Janeiro, venceu, trilhou caminhos, é médica, especialista em comunicação e está no mesmo patamar das mulheres citadas por ela.

Para Werneck, hoje, 25 de julho, Dia da Mulher Afro-Latino-Americana e Caribenha é um dia não só para **lembrar as mulheres** que ajudaram a construir o passado, mas também para celebrar as que **ainda trilham novos caminhos**. "Hoje é um dia para marcar. Para celebrar. Nós, mulheres negras, somos parte desse continente, ajudamos a construir isso. Ser mulher negra no Brasil de hoje é luta. É sinônimo de luta".

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

A (im) possibilidade de a mulher transexual figurar como vítima de feminicídio

O artigo 5º, da Constituição Federal de 1988, prevê que *“homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações (...)”*, no entanto, historicamente as mulheres eram subjugadas e oprimidas perante a sociedade. A mulher era vista e tratada como inferior perante o sexo masculino e não possuía liberdade e autonomia para seguir suas escolhas. Isso em razão de que, na época a mulher era educada e instruída para ser dona do lar, isto é, cuidar dos filhos, do marido e da casa. Consequentemente, o exercer um trabalho fora desse padrão era dever do homem, que tinha a obrigação de sustentar a família.

Com o passar do tempo, as mulheres tornaram-se mais independentes e passaram a lutar pelos seus direitos. Em 1857, no dia 8 de março, cerca de 130 mulheres morreram carbonizadas trancadas dentro de uma fábrica. Elas lutavam contra a discriminação salarial e a inferioridade salarial comparado aos

homens. Em 1975, somente 118 anos após a tragédia, foi reconhecida a luta dessas mulheres e a ONU declarou a data como um marco para homenagear a luta das mulheres pelos seus direitos. A manifestação dessas mulheres, bem como o direito ao voto feminino – reconhecido no ano de 1932 – são eventos propulsores a luta das mulheres e que conseqüentemente impulsionam o empoderamento feminino.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Agenda Cultural

Mulamba: A banda só de mulheres que quer que outras mulheres sejam ouvidas

Grupo de instrumentos de cordas e percussão usa a música para difundir informações sobre temas relevantes que precisam de ‘voz, espaço e respeito’.

Mulamba é uma banda curitibana que traz temas contundentes e letras intensas – elementos normalmente associados ao rock. Somadas a vozes dissonantes e contrapondo-as à sonoridade poética da MPB, suas músicas nos chegam como um grito de força e nos tocam as entranhas.

Para Fer Koppe, uma das integrantes, é só a partir do momento em que assuntos são pautados é que viram reflexão. "Enxergamos a música como um mecanismo universal que tem o poder de difundir uma bagagem informativa relacionada a qualquer tema que necessita de voz, espaço e respeito".

Munidas de instrumentos de cordas e percussão, Amanda Pacífico (voz), Cacau de Sá (voz), Caro Pisco (bateria), Fer Koppe (violoncelo), Naira Debértolis (baixo) e Nat Fragoso (guitarra) estão juntas desde dezembro de 2015.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

10 livros feministas indicados por Emma Watson

Eleita como uma das embaixadoras da Boa Vontade da ONU Mulheres, **Emma Watson** se mostrou muito mais do que uma atriz. No final de 2016, a inglesa colocou em prática o [Our Shared Shelf](#), um de seus projetos para aproximar as pessoas das causas feministas. A espécie de grupo do livro virtual elege um título a cada dois meses para ser discutido após o período determinado. Outros temas e abordagens são colocados em pauta por Emma, como pequenos grupos de discussão. Entre os tópicos, beleza, representatividade e autoestima foram alguns dos argumentados pela atriz e os participantes. Aqui, *Casa Vogue* compilou os 10 livros feministas apresentados por Emma Watson.

[My Life on the Road, Gloria Steinem](#)

Jornalista americana engajada com o feminismo, Gloria foi uma das poucas mulheres a transgredir o machismo e questionar certos comportamentos em 1970. Fundadora da revista [Ms](#), ela descreve no livro highlights de seus anos de profissão. Entrevistas com diversas mulheres por todos os cantos dos Estados Unidos, assim como ativistas africanas, estão destrinchadas nas páginas.

[How to Be a Woman, Caitlin Moran](#)

Propondo uma leitura fácil para aproximar qualquer uma das temáticas feministas, a escritora Caitlin Moran conta suas histórias de adolescente e início da vida adulta com observações e indicações feministas para cada passagem. A publicação tem três prêmios, incluindo o Livro do Ano de 2011, e excelentes críticas da mídia americana.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

A hora e a vez das intelectuais negras

Catálogo que põe em evidência o trabalho de 120 mulheres negras será lançado na Flip

A 15ª edição da [Festa Literária de Paraty \(Flip\)](#) trará, além das tradicionais mesas de debate, uma novidade: o lançamento de uma obra, que no caso é o catálogo [Intelectuais Negras Visíveis](#). O livro revela a produção de 120 mulheres negras em 12 diferentes campos de atuação que vão muito além da literatura ou da produção acadêmica. O catálogo será disponibilizado apenas nas plataformas online e foi desenvolvido pelo grupo de estudos Intelectuais Negras UFRJ e organizado pela professora [Giovana Xavier](#). O lançamento acontecerá no dia 29 de julho na Casa Amado e Saramago, um dos núcleos paralelos da programação, e foi planejado pela [curadora da Flip 2017](#), a historiadora e jornalista Joselia Aguiar, que se interessou pelo projeto depois de ler as [críticas feitas por Xavier](#) no ano passado quando [a Flip não teve nenhum autor negro](#) em suas fileiras.

Entretanto, as duas refutam que o convite seja uma resposta às reprimendas da pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ao evento anterior. Giovana conta que sentiu no convite um “movimento sincero” no sentido de acompanhar as transformações sociais que o Brasil está vivendo. Joselia, por sua vez,

argumenta que a [Flip](#) é um evento de referência e excelência e por isso tem responsabilidade em acompanhar esses debates, que estão sendo pautados no mundo todo.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Aconteceu

Site reúne mulheres especialistas em áreas das ciências humanas

É sempre a mesma coisa: em palestras ou debates, a grande maioria dos especialistas convidados são do gênero masculino. Isso nada mais é do que uma prova de como o [machismo](#) está enraizado na sociedade, pois os homens acabam sendo mais valorizados do que as [mulheres](#).

Em luta contra essa invisibilidade, um grupo de cientistas sociais, comunicadoras, historiadoras e filósofas lançou o site "[Mulheres também sabem](#)", que reúne um banco de dados com o contato de pesquisadoras em áreas das ciências humanas.

O objetivo do projeto é "reduzir o viés implícito e explícito que existe contra as mulheres nessas disciplinas" por meio da promoção do trabalho das especialistas.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Morre Simone Veil, ícone do feminismo e do Parlamento Europeu

Primeira mulher a presidir o Parlamento, Veil foi considerada um símbolo da luta pelos direitos das mulheres por legalizar o aborto na França em 1974

Paris – A primeira mulher eleita presidente do Parlamento Europeu em 1979, Simone Veil, considerada um símbolo da luta pelos direitos das [mulheres](#) após legalizar o aborto na França em 1974 como ministra da Saúde, morreu nesta sexta-feira aos 89 anos, anunciou sua família.

Veil sobreviveu durante sua adolescência no campo de extermínio nazista de Auschwitz. Nascida em Nice em 1927, em uma família de judeus não praticantes, foi detida pela Gestapo em 1944, assim como boa parte de seus familiares, alguns dos quais (seus pais e um irmão) não sobreviveram à detenção.

De volta à França, Veil estudou direito e trabalhou como funcionária do alto escalão na magistratura até que, em maio de 1974, o presidente recém-eleito, Valéry Giscard d'Estaing, a nomeou ministra de Saúde, um cargo em que ficou marcada, sobretudo pela conhecida “lei Veil”, que despenalizou a interrupção voluntária da gravidez.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Escritora de Itaquera lança “Pretas Panteras”, clipe sobre coragem das mulheres negras

POR BLOG

Empoderamento feminino, busca da ancestralidade e enfrentamento às diversas violências são algumas das mensagens do primeiro clipe da escritora Débora Garcia, 34, com lançamento marcado para o Dia da Mulher Negra, Latino Americana e Caribenha.

A inspiração vem do feminismo negro e de mulheres que se destacam nesta luta. O

lançamento será às 19h na Ação Educativa (rua General Jardim 660, Vila Buarque, São Paulo).

Escrita em 2015 como poesia, “Pretas Panteras” fez sucesso em saraus e em registros feitos pelo público. Neste ano se transformará no clipe dirigido por Joyce Prado, cineasta com referência em produções voltadas para a questão racial. A gravação reuniu mulheres que trabalham em diferentes frentes como a literatura e com os elementos do hip-hop.

A questão racial presente nos versos de Débora une-se com o feminismo negro. “Somos pretas mesmo e panteras desbravando a selva, na luta por sobrevivência todos os dias e buscando espaço”, relatou.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

[O Boletim eletrônico do NUDEM: Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher](#) destina-se à comunicação interna da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e seus parceiros. Produzido pelo Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher em parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa. Para mais informações, contate nucleo.mulher@defensoria.sp.gov.br

Atenciosamente,

Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM)

Rua Boa Vista, nº 103, 4 º andar, Centro

Tel.: (11) 3101 0155 ramais 233

Cep:01014-001 São Paulo, SP

Home page: www.defensoria.sp.gov.br

E-mail: nucleo.mulher@defensoria.sp.def.br